

As conquistas econômicas não encerram nossa luta política

01/10/2013



Por Daniel Gaio, Alfredo Santos Jr., Rosana Souza

e Rosane Silva, publicado originalmente no site da [CUT](#) *

Reconhecemos as conquistas nos 10 anos de governo democrático e popular com Lula e Dilma na presidência, especialmente em relação à política de valorização do salário mínimo. Mas, sabemos que a luta política não se encerra nas conquistas econômicas. Seguimos questionando a hegemonia do capitalismo e suas diversas formas de opressão. Nossa concepção de sindicalismo é aquela que faz simultaneamente a luta econômica com a busca de igualdade social e política.

Neste ano tivemos mais um congresso da CUT em que reafirmamos nosso papel em disputar a democratização do estado no Brasil. Realizamos um balanço positivo da ação da CUT na conjuntura, tivemos resoluções sobre a estratégia sindical da gestão eleita e a aprovação da paridade entre os sexos nas direções das CUT's estaduais e na nacional. A resolução final do 11º CONCUT afirma que devemos seguir avançando para uma nova condição histórica, que é definida pela necessidade de construirmos, em conjunto com parceiros históricos e estratégicos, um programa que abarque o conjunto das transformações em curso no Estado e na sociedade, imprimindo-lhe um sentido radicalmente democrático.

As desigualdades, opressão e exploração geradas pelo capitalismo nos traz a dimensão de que este não é um sistema democrático. Neste sentido, nossa luta é por uma sociedade socialista e democrática que pretende a emancipação dos trabalhadores e trabalhadoras e todos/as oprimidos/as.

Avaliamos que o estado brasileiro mantém um caráter neoliberal com forte peso do capital financeiro, sistema que têm seu funcionamento garantido por pressão e força das elites no país. Temos um grande desafio em pressionar por um modelo de desenvolvimento que supere nossa tradicional matriz extrativista-exportadora, e tenha como prioridade o bem – estar coletivo e a sustentabilidade.

A classe trabalhadora foi capaz de conquistar considerável protagonismo político, ainda assim, seguimos com nossa indignação diante da existência de trabalho escravo e infantil no campo e na cidade, nos revoltamos com as formas de flexibilização da remuneração e precarização do trabalho, jornadas extensas e o tempo cada vez mais reduzido da vida social. Não aceitamos a desigualdade estruturante desse sistema entre homens e mulheres. Assim como repudiamos o racismo, a homofobia e combatemos o preconceito geracional que atinge a juventude .

A democracia participativa é o meio pelo qual o Estado reconhece e respeita a soberania popular. Juntamente com o setor público fortalecido, o Estado pode ser capaz de colocar em prática um desenvolvimento sustentável. A perspectiva de economia pública e planejamento democrático também devem estar nessa pauta de transformação, a fim de garantir a valorização do trabalho e da distribuição equitativa dos bens e serviços produzidos em nosso país.

A CUT tem grande elaboração e prática no fortalecimento das diversas formas de economia solidária. Assim, o controle dos trabalhadores sobre a economia também deve operar no sentido de incorporar a economia solidária para o campo macro-econômico, construindo alternativas à propriedade privada dos meios de produção e integrando os direitos da classe trabalhadora.

Devemos conquistar e ocupar os espaços de elaboração de leis e políticas públicas, e pressionar para que as resoluções a partir das conferências temáticas em seus diversos níveis (nacional, estadual e municipal) sejam consideradas nas agendas dos governos. Também é nossa tarefa pressionar para que as reformas estruturantes, como a democratização dos meios de comunicação, a reforma sindical e política que são bandeiras históricas da central sejam pauta centrais do próximo período.

A defesa do serviço público e sua ampliação e valorização, combatendo sua precarização, terceirização e privatização também estão em nossa agenda de lutas, pois sabemos que é a classe trabalhadora a principal prejudicada na ausência desses serviços.

O conjunto de transformações que almejamos passa por um sindicalismo forte, com liberdade e autonomia em relação ao Estado e patrões. Mantemos nossa convicção de que os trabalhadores e trabalhadoras são livres para definirem suas formas de organização sindical com auto-sustentação financeira.

No plano internacional, nos integramos a entidades sindicais combativas, pois nossa solidariedade e luta não tem fronteiras. As mudanças em curso na América Latina e a integração regional passam pela integração dos povos e diminuição das assimetrias de trabalho e vida das populações dos países.

A plataforma da CUT não se restringe às conquistas econômicas da classe trabalhadora, tampouco aos períodos eleitorais. Nosso desafio é cotidiano, pressionando e disputando padrões regulatórios públicos da economia, levando em conta a democracia participativa e transformando a relação da classe trabalhadora com o Estado.

Em 2013, ano em que a CUT completará 30 anos de fundação, devemos reafirmar nas ruas o papel protagonista de nossa Central na disputa de modelo de sociedade, com distribuição de renda e valorização do trabalho. A história da nossa central mostra que apenas com grandes mobilizações sociais conseguiremos avançar nas reformas estruturantes necessárias para democratização do Estado.

Estaremos junto aos movimentos sociais que compõem a CMS em luta por direitos para a classe trabalhadora, mas fundamentalmente por transformações profundas e estruturais que nos permitam avançar rumo a uma sociedade socialista e democrática.

*** Daniel Gaio é Diretor Executivo da CUT**

Alfredo Santos Jr. é Secretário da Juventude da CUT

Rosana Souza é Diretora Executiva da CUT

Rosane Silva é Secretária da Mulher Trabalhadora da CUT

Compartilhe nas redes: